



## COORDENADORIA DE APOIO ADMINISTRATIVO

### ESTUDOS PRELIMINARES – 05/2021

(art. 24 da IN nº 05/2017-MPOG)

– Destinado à futura contratação de serviço de agente de portaria –

Processo SEI 0009828-37.2021.6.18.8000

#### Sumário

I – INTRODUÇÃO .....	3
II – DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO .....	3
II-1 – Justificativa da necessidade da contratação .....	3
III – DA REFERÊNCIA A OUTROS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO DO TRE-PI.....	5
III-1 – Alinhamento com o Planejamento Estratégico do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí	5
III-2 – Vinculação com a política pública do TRE-PI .....	6
IV – DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO .....	6
IV-1 – Requisitos necessários ao atendimento da necessidade .....	6
IV-2 – Natureza continuada do serviço a ser contratado.....	7
IV-3 – Critérios e práticas de sustentabilidade que devem ser veiculados como especificação técnica do objeto ou como obrigação da contratada.....	7
IV-4 – Duração inicial do contrato de prestação de serviços de natureza continuada, podendo, excepcionalmente, ser superior a 12 meses.....	7
IV-5 – Necessidade de a contratada promover a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas.....	7
V – DA ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES .....	8
V-1 – Método adotado para definir a estimativa da quantidade a ser contratada, com informações do contrato anterior e memória de cálculo e documentos que lhe dão suporte...	8
V-2 – Necessidade de materiais específicos.....	8
VI – DO LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO E SOLUÇÃO A CONTRATAR.....	8

VII – ESTIMATIVAS DE PREÇOS OU PREÇOS REFERENCIAIS.....	8
VII-1 – Estimativa de preços e meios de previsão de preços referenciais .....	8
VII-2 – Memórias de cálculo da estimativa de preços ou dos preços referenciais e os documentos que lhe dão suporte .....	9
VIII – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO .....	9
VIII-1 – Elementos que devem ser produzidos, contratados e executados .....	9
IX – JUSTIFICATIVAS PARA O NÃO-PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO .....	9
IX-1 – Inviabilidade de divisão da solução a ser contratada .....	9
IX-2 – Indivisibilidade do objeto .....	9
X – RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS OU FINANCEIROS DISPONÍVEIS.....	10
X-1 – Benefícios diretos e indiretos que se espera com a contratação.....	10
XI – PROVIDÊNCIAS PARA ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DO ÓRGÃO .....	10
XI-1 – Cronograma com as atividades necessárias à adequação do ambiente da organização para que a contratação surta seus efeitos e com os responsáveis por esses ajustes nos diversos setores.....	10
XI-2 – Capacitação de servidores para atuarem na contratação e fiscalização dos serviços de acordo com as especificidades do objeto a ser contratado.....	11
XI-3 – Mapa de Riscos, dos riscos de a contratação fracassar.....	11
XII - CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES.....	11
XII-1 – Necessidade de outras contratações no escopo do projeto geral .....	11
XIII - DECLARAÇÃO DA VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO .....	11
XIII-1 – Viabilidade da contratação .....	12

## I – INTRODUÇÃO

O presente documento, denominado **Estudos Preliminares**, é elaborado em atendimento às disposições contidas na Instrução Normativa nº 5, de 25 de maio de 2017, expedida pelo Secretário de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPOG)<sup>1</sup>, especialmente o disposto no art. 24, atentando-se para as diretrizes constantes no Anexo III da referida IN nº 05/2017-MPOG.

Os trabalhos aqui desenvolvidos visam subsidiar futuro procedimento licitatório, a ser processado por Pregão Eletrônico, para selecionar empresa visando à prestação continuada de serviços de **Agentes de Portaria** no Fórum Eleitoral nesta Capital e em diversos Cartórios Eleitorais do interior do Estado.

## II – DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

### II-1 – Justificativa da necessidade da contratação

O Decreto nº 9.507/2018, que dispõe sobre a contratação de serviços pela Administração Pública Federal para atividades acessórias e, ainda, o Decreto nº 3.784/2001, que versa sobre a classificação de bens e serviços comuns considerando o que se pretende como serviços de remoção de bens móveis:

#### DECRETO Nº 9.507, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018

Dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.

#### CAPÍTULO I – DISPOSIÇÃO PRELIMINARES

##### Ambito de aplicação e objeto

Art. 1º Este Decreto **dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta**, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.

[original sem  
destaques]

#### DECRETO Nº 3.784, DE 06 DE ABRIL DE 2001

Promove a inclusão de itens de bens de consumo e de serviços comuns na classificação a que se refere o Anexo II do Decreto nº 3.555, de 8 de agosto de 2000.

Art. 1º O Anexo II do Decreto nº 3.555, de 8 de agosto de 2000, passa a vigorar na forma do **Anexo** a este Decreto.

...

[original sem  
destaques]

## ANEXO

...  
SERVIÇOS COMUNS  
1. **Serviços de Apoio Administrativo**

....

[original sem destaques]

Harmoniza-se a presente contratação, na forma pretendida, com o planejamento deste Tribunal – Resolução do TRE-PI n.º 303/2015, às disposições insertas na Resolução do TSE n.º 23.234/2010, na Resolução do TSE n.º 23.440/2015, na Resolução do TRE-PI n.º 260/2013, na Resolução do TRE-PI n.º 329/2016, na Resolução do TRE-PI n.º 352/2017 e na Resolução do TRE-PI n.º 370/2018 é sabido que os serviços de atendimento aos usuários externos e internos se dão em horários previsíveis, contudo as quantidades não são previsíveis, impossibilitando sua mensuração por unidade como preconiza a sobredita resolução. Dessa forma optamos por contratar posto de trabalho, que visa a otimização de recursos orçados para executá-la:

**RESOLUÇÃO Nº 303, DE 31 DE MARÇO DE 2015**

Aprova o Plano Estratégico do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí para o período 2015-2020 e dá outras providências.

Art. 1º Instituir o Plano Estratégico do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí para o período 2015-2020, nos termos dos **Anexos I e II** desta Resolução.

Art. 2º São componentes básicos do Plano Estratégico da Justiça Eleitoral do Piauí:

...

V – Objetivos estratégicos:

j) **aperfeiçoar a gestão orçamentária;**

k) **fortalecer a governança pública;**

...

[original sem destaques]

**RESOLUÇÃO Nº 23.234, DE 25 DE MARÇO DE 2010**

Dispõe sobre regras e diretrizes para a contratação de serviços no âmbito da Justiça Eleitoral.

**CAPÍTULO II - DA DEFINIÇÃO DOS TERMOS TÉCNICOS**

Art. 2º Para os efeitos desta Resolução, considera-se:

...

II – SERVIÇO DE EXECUÇÃO INDIRETA OU TERCEIRIZADO – serviço executado por terceiros contratados, **consistente em atividades acessórias**, instrumentais ou complementares àquelas essenciais ou finalísticas do Tribunal;

III – SERVIÇO CONTINUADO – aquele cuja interrupção possa **comprometer as atividades do Tribunal** e cuja continuidade deva estender-se por mais de um exercício financeiro;

...

**SEÇÃO II - DA TERCEIRIZAÇÃO**

Art. 4º As atividades de limpeza, conservação, higienização, segurança, vigilância, transporte, **apoio administrativo**, informática, copeiragem, recepção, operação de

elevadores, reprografia, telecomunicações e manutenção de prédios, equipamentos e instalações serão, de preferência, objeto de execução indireta.

Art. 8º Na contratação de serviços deverá ser adotada unidade de medida que permita a mensuração dos resultados para o pagamento à contratada, e que elimine a possibilidade de remunerar as empresas com base na quantidade de horas de serviço ou em postos de trabalho.

§ 1º A **impossibilidade** de remunerar a contratada com base na mensuração de resultados deverá ser justificada no processo de contratação.

[original sem destaques]

A contratação do serviço de portaria visa a assegurar a continuidade dos serviços Agente de Portaria, haja vista a necessidade de controle de entrada e saída de pessoas e bens no Cartório, bem como prevenir possíveis furtos, roubos e danos ao patrimônio público, uma vez que não há no quadro de pessoal do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, cargos específicos destinados à realização da atividade em questão.

O objetivo dos serviços é a garantia da operacionalização integral das atividades essenciais dos Cartórios Eleitorais, de forma contínua, segura e confiável, como forma de proporcionar uma das condições para o cumprimento da missão institucional da Justiça Eleitoral.

Cumprir ressaltar que este Regional não possui, em sua estrutura organizacional, os recursos materiais e humanos para a realização dessa atividade, daí a importância da contratação de empresa especializada para a realização desses serviços.

Por ser um serviço de natureza continuada e imprescindível à Administração para o regular desempenhos de suas atribuições, esta contratação deverá se estender por mais de um exercício financeiro, ininterruptamente, forçoso é a esta Administração manter a contratação dos serviços objeto deste Estudo.

Por estar prevista na Proposta Orçamentária/2021.

Atualmente, para os serviços de atendente há contratação vigente.

Por ser um serviço de natureza continuada e que atualmente são prestados por terceirizados, é que torna forçoso a verificação da contratação desses serviços.

Portanto, a contratação do serviço objeto destes Estudos Preliminares é necessária, visto que tal atividade é considerada meio às funções institucionais desta Justiça Eleitoral, podendo, desta forma, ser contratada de empresa com expertise em locação de mão de obra.

### III – DA REFERÊNCIA A OUTROS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO DO TRE-PI

#### III-1 – Alinhamento com o Planejamento Estratégico do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí

A Resolução TRE-PI n.º 303/2015, que **Aprova o Plano Estratégico 2015/2020**, o *Portfólio Estratégico* e o *Mapa Estratégico do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí*, e dá outras providências. O ANEXO I da referida resolução traz o MAPA DA ESTRATÉGIA DO TRIBUNAL ELEITORAL DO PIAUÍ 2015-2020. No inciso V, do Art. 2º *Objetivos Estratégicos* destacamos os seguintes objetivos e ações estratégicas:

**a) Fortalecer a Cidadania**

Está relacionado à garantia, plano concreto, dos direitos da cidadania em sua múltipla manifestação social: cidadão-administrado; usuário dos serviços públicos; e cidadão – eleitor, por meio de ações voltadas para a cidadania plena.

...

**j) Fortalecer a gestão orçamentária**

Refere-se ao alinhamento das necessidades orçamentárias ao aprimoramento do processo eleitoral e da prestação jurisdicional. Relaciona-se, ainda, aos mecanismos para alinhar as necessidades referentes a custeio, investimentos e pessoal, visando ao aprimoramento da gestão orçamentária e financeira, com adequado direcionamento dos gastos para atendimento às necessidades essenciais e prioritárias do TRE/PI.

**k) Fortalecer a governança pública**

Refere-se à formulação, implantação e monitoramento de estratégias flexíveis e aderentes às melhores práticas de governança pública, de modo a garantir eficiência operacional e transferência institucional.

.....

**III-2 – Vinculação com a política pública do TRE-PI**

A contratação pretendida, além de estar em perfeita harmonia com o Planejamento Estratégico da Justiça Eleitoral do Piauí (tópico supra), está pautada em política pública de atendimento às pessoas, em especial, no presente caso, ao eleitorado piauiense.

**IV – DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO****IV-1 – Requisitos necessários ao atendimento da necessidade**

A empresa que vier a vencer o processo licitatório deverá disponibilizar terceirizados. Os postos de trabalho funcionarão com dois postos de serviços, como segue:

- a. Um posto diurno no Fórum Eleitoral de Parnaíba – PI** (Cartórios da 3ª e 4ª ZE's): Av. Nossa Senhora de Fátima, 363;
- b. Um posto diurno no Fórum de Oeiras – PI** (Cartórios da 5ª e 94ª ZE's): Av. Antônio A. Freitas, 856, Bairro Nova Oeiras;
- c. Um posto diurno no Fórum de Floriano – PI** (Cartórios da 9ª e 61ª ZE's): Rua, 940;
- d. Um posto diurno no Fórum de Picos – PI** (Cartórios da 10ª, 28ª e 62ª ZE's): Rua Francisco Castro, 940;
- e. Um posto diurno no Cartório de Batalha – PI** (Cartório 45ª ZE): Rua São José, 59;
- f. Um posto diurno no Fórum de Teresina – PI** (Cartórios da 1ª, 2ª, 63ª, 97ª e 98ª ZE's): Av. Marechal Castelo Branco, 1150, Ilhotas;
- g. Um posto diurno no Arquivo Central de Teresina - PI**: Rua Eliseu Martins, 1640, Centro;
- h. Um posto noturno no Arquivo Central de Teresina - PI**: Rua Eliseu Martins, 1640, Centro;
- i. Um posto diurno no Depósito de Material Permanente do TRE-PI em**

**Teresina - PI:** Rua Francisco Félix Filho, 1711, Bairro Cristo Rei;

**j. Um posto noturno no Depósito de Material Permanente do TRE-PI em Teresina - PI:** Rua Francisco Félix Filho, 1711, Bairro Cristo Rei.

Os postos de serviços funcionarão com 02 (dois) profissionais, em escala de 12x36h diurna e/ou noturna, sendo para os locais em que houver somente postos diurnos, o horário de 6h às 18h do mesmo dia e, para noturna no horário de 17h de um dia às 5h do dia seguinte, ou seja, por 12 (doze) horas ininterruptas.

#### **IV-2 – Natureza continuada do serviço a ser contratado**

Importa registrar que o serviço a ser contratado é de execução contínua, e quando implementado evitará a paralisação nas unidades contempladas o atendimento do eleitorado, por motivo de greve ou treinamento de servidores, acaso ocorra, sem cobertura da contratação pretendida, acarretará incalculável prejuízo ao bom andamento das atividades desta Especializada. Sendo assim, incide a regra prevista no inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/1993, segundo a qual a duração do contrato relativo à prestação de serviço de execução continuada poderá ser prorrogada por iguais e sucessivos períodos, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, limitada a sessenta meses. Outrossim, a contratação almejada se amolda às disposições contidas no art. 15 da IN nº 05/2017-MPOG, segundo o qual *os serviços prestados de forma contínua são aqueles que, pela sua essencialidade, visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional.*

#### **IV-3 – Critérios e práticas de sustentabilidade que devem ser veiculados como especificação técnica do objeto ou como obrigação da contratada**

A empresa ou o consórcio de empresa que vier a ser contratado adotará as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, deverá observar, no que couber, à Resolução TRE-PI N.º 368/2018.

#### **IV-4 – Duração inicial do contrato de prestação de serviços de natureza continuada, podendo, excepcionalmente, ser superior a 12 meses**

Para esta contratação pugnamos pela celebração do pacto por até 12 (doze) meses, prorrogáveis até 60 (sessenta), por ser considerado simples e não requerer altíssimos investimentos e contraprestação em forma de pagamentos à empresa que vier a ser contratada, a contar da expedição da Ordem de Serviço por parte da COAAD, podendo ser prorrogado uma vez por igual período, respeitando-se o limite legal dos sessenta meses (art. 57, inciso II da Lei nº 8.666/1993).

#### **IV-5 – Necessidade de a contratada promover a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas**

Dada a baixa complexidade dos serviços pleiteados não há a necessidade de transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, a fim de que não haja solução de continuidade, visto que se pode, a cada novo contrato, recomeçar os trabalhos sem empecilhos.

## **V – DA ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES**

### **V-1 – Método adotado para definir a estimativa da quantidade a ser contratada, com informações do contrato anterior e memória de cálculo e documentos que lhe dão suporte**

Nesta contratação foi considerada para definição do quantitativo de terceirizados, os locais onde deverão ser prestados esses serviços, ou seja 10 (dez) postos de trabalho com dois agentes em revezamento de 12 x 36h, totalizando 20 (vinte) agentes.

### **V-2 – Necessidade de materiais específicos**

Na contratação pretendida, não há previsão de utilização de materiais raros ou específicos, cuja previsibilidade não se mostre possível, razão pela qual não se faz necessária a inclusão de mecanismos para tratar dessa questão, além dos uniformes que prevê o fornecimento de máscaras.

## **VI – DO LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO E SOLUÇÃO A CONTRATAR**

Com base em planilha de custo elaborada por Técnico deste Tribunal.

## **VII – ESTIMATIVAS DE PREÇOS OU PREÇOS REFERENCIAIS**

### **VII-1 – Estimativa de preços e meios de previsão de preços referenciais**

Para o balizamento do preço estimado da contratação, foram consideradas as orientações contidas na Resolução do TSE N.º 23.234, de 25 de março de 2010, o Acórdão N.º 1.214, de 22 de maio de 2013, a Instrução Normativa nº 5, de 27 de junho de 2014, alterada pela Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2017, ambas do MPOG. Quanto à pesquisa junto aos fornecedores, prevista no item X do art. 30 da IN nº 05/2017, foi dispensada em parte, pois os custos são definidos pela CCT da categoria, Decreto Municipal relativo ao custo da passagem urbana e pesquisa junto ao mercado local para uniformes, seguro e plano de saúde, como já demonstrado no Termo de Referência n.º 048/2020. Já para a remuneração da contratada, este Tribunal tem definidos sua taxas máximas, tanto para a taxa de lucro como para a taxa de administração. O preço máximo da contratação é o fixado em planilha de custo elaborada por esta undiade.

Assim, preço estimado para esta contratação é de **R\$ 1.003.585,43**.



## **VII-2 – Memórias de cálculo da estimativa de preços ou dos preços referenciais e os documentos que lhe dão suporte**

Todos os documentos citados serão juntados aos autos, bem como os memoriais de cálculo serão explicitados neste documento.

## **VIII – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

### **VIII-1 – Elementos que devem ser produzidos, contratados e executados**

A empresa que vier a vencer o processo licitatório deverá prover à disponibilização da mão de obra mediante o recebimento da Ordem de Serviço.

Os serviços serão executados em horário a ser definido pela fiscalização do contrato.

## **IX – JUSTIFICATIVAS PARA O NÃO-PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO**

### **IX-1 – Inviabilidade de divisão da solução a ser contratada**

Ainda que seja regra o parcelamento das soluções a serem contratadas, essa não é absoluta, visto que a eventual divisão do objeto por itens pode acarretar prejuízo para o conjunto da solução, especialmente com a perda de economia de escala, além do que, fragmentando-o em contratações diversas há o risco de uma execução satisfatória.

O foco principal da contratação pretendida é um só: **a prestação dos serviços de agente de portaria.**

### **IX-2 – Indivisibilidade do objeto**

A experiência havida neste e em outros TRE's demonstra ser mais adequado e eficiente que a contratação pretendida seja selecionada através de procedimento licitatório constituído em item único.

A forma sugerida de se realizar o pregão eletrônico em item único atendem as necessidades deste Órgão que necessita contratar serviço único e integrado a fim de garantir que funcione perfeitamente e em completa harmonia e interligação.

Esta diretriz está, inclusive, positivada na Instrução Normativa n.º 05/2017 - MPOG que dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, do qual o Tribunal Regional Eleitoral é integrante:

#### **Instrução Normativa nº 05/2017**

Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional..

### ANEXO III

#### DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DOS ESTUDOS PRELIMINARES

...

3.8. Justificativa para o **parcelamento ou não** da solução:

a) O parcelamento da solução é a regra devendo a licitação ser realizada por item, sempre que o objeto for divisível, desde que se **verifique não haver prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala**, visando propiciar a ampla participação de licitantes, que embora não disponham de capacidade para execução da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas.

b) Definir e documentar o método para avaliar se o objeto é divisível, levando em consideração o mercado fornecedor, podendo ser parcelado caso a contratação nesses moldes assegure, concomitantemente:

b.1) ser técnica e economicamente viável;

b.2) que não haverá perda de escala; e

b.3) que haverá melhor aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade;

...

[original sem  
destaques]

---

Assim, não será prevista a contratação em vários itens ou mesmo lotes, de sorte que apenas uma empresa vença a disputa do certame, garantindo-se que a solução integrada seja eficaz e atenda aos interesses desta Especializada.

Destarte, sem prejuízo da viabilidade técnica e econômica da licitação, ou perda de escala ou detrimento do melhor aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade, o serviço será contratado em item único, consistente com os objetivos traçados na Resolução TRE-PI n.º 303/2015, que **Aprova o Plano Estratégico 2015/2020**.

#### **X – RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS OU FINANCEIROS DISPONÍVEIS**

##### **X-1 – Benefícios diretos e indiretos que se espera com a contratação**

Atualmente, estes serviços já são prestado através de contato de terceirização, trazendo maior segurança e organização, quando necessários nos serviços de atendimento ao público.

Portanto, os benefícios diretos e indiretos com o advento da nova contratação serão indiscutíveis, tanto em termos de economicidade, eficácia, eficiência, impactos ambientais positivos, garantindo-se melhoria na qualidade dos serviços prestados ao público interno e, principalmente, externo.

#### **XI – PROVIDÊNCIAS PARA ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DO ÓRGÃO**

##### **XI-1 – Cronograma com as atividades necessárias à adequação do ambiente da**

**organização para que a contratação surta seus efeitos e com os responsáveis por esses ajustes nos diversos setores**

Para que a contratação pretendida tenha sucesso, não será preciso precisarmos implantarmos qualquer modificação no trâmite processual, tampouco mudanças em ambiente físico já existente.

**XI.2 – Capacitação de servidores para atuarem na contratação e fiscalização dos serviços de acordo com as especificidades do objeto a ser contratado**

Aos servidores integrantes da Comissão Permanente de Fiscalização e Gestão de Contratos, instituída pela Portaria N.º 358/202 TRE/PRESI/DG/SGP/COPES/SEREF – SEI 0941392 - caberá o acompanhamento da execução contratual em comento juntamente com os Fiscais Técnicos.

**XI.3 – Mapa de Riscos, dos riscos de a contratação fracassar**

Entendemos que tais riscos não ocorrem como demonstrado a seguir:

Essa contratação, especificamente, consta do **Plano Estratégico 2015/2020** por integrantes da equipe de planejamento deste Regional e, nesta, não houve excessiva quantidade de atribuições paralelas ao planejamento desta contratação;

Não há falta de conhecimento de legislação específica; a unidade encarregada da preparação do Termo de Referência é de formação na área Administrativa; não há falta de conhecimento técnico para especificar o objeto de forma adequada; o tempo para a confecção do Termo de Referência foi adequado, além do que, trata-se de uma contratação corriqueira; não houve excesso de atribuições aos responsáveis pela elaboração do TR; A capacitação para elaboração do TR é adequada por parte dos servidores da COAAD.

Entendemos que o risco de descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS por parte da contratada, mencionado no Art. 18, da IN 05/2017 está mitigado, vez que, por conta da Resolução do CNJ n.º 169/2013, implementamos, há muito, o bloqueio de parte do pagamento mensal devido a contratada.

Quanto aos riscos de a contratação fracassar, entendemos serem inexistentes.

**XII - CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES****XII.1 – Necessidade de outras contratações no escopo do projeto geral**

No escopo do projeto como um todo, não se faz necessário proceder a outras contratações com empresas diversas para se atingir o fim almejado. No entanto, há com a Caixa Econômica Federal – CEF o Acordo de Cooperação nº 01/2019 que “Regulamenta o estabelecimento dos serviços de abertura de contas específicas destinadas a abrigar os recursos retidos referentes aos encargos trabalhistas dos contratos de mão de obra”.

**XIII - DECLARAÇÃO DA VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO**

**XIII-1 – Viabilidade da contratação**

Considerando todo o exposto, há de se reconhecer que a contratação pretendida é perfeitamente viável, pois nada mais será do que o aprimoramento da contratação ora vigente.

Assim, concluímos pela **VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO PRETENDIDA**.

Teresina/PI, 22 de julho de 2020.

**Abelard Dias Ribeiro dos Santos**

Chefe da SEAPT - Substituto

Roberto de Amorim Coêlho

Assistente III/SEAPT